

O FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA DE DEFESA

Palestra do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura do Seminário de Defesa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara dos Deputados

Brasília, 6 de maio de 2014

É com grande satisfação – não só do ponto de vista protocolar, mas do ponto de vista real – que compareço a este seminário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara dos Deputados.

Fico muito satisfeito em ver que há aqui uma ampla participação não só de parlamentares, militares e funcionários do Ministério da Defesa, mas também de empresários, acadêmicos e pessoas responsáveis por outros setores do Governo, o que possibilitará uma discussão que, tenho certeza, será fecunda.

O grande interesse demonstrado por essa área no Congresso reflete a importância que o debate sobre esses temas de defesa alcançou na agenda pública brasileira.

Como foi mencionado aqui, não só temos tido as importantes discussões e a necessária interlocução, com total transparência, do Ministério com os representantes do povo brasileiro, mas também várias ações concretas, como as que foram aqui mencionadas – entre elas: a criação da AMAZUL e a aprovação da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional.

O seminário que ora se inicia estende esse diálogo a um tema crucial, que é o das fontes de financiamento para a indústria de defesa nacional.

As necessidades de Defesa estão diretamente relacionadas com as mudanças por que passa a ordem global e com o papel cada vez mais destacado do Brasil.

Com o fim da Guerra Fria, passamos de uma ordem bipolar, onde tudo parecia previsto, para um sistema praticamente unipolar.

Vimos, entretanto, logo surgirem os sinais de uma incipiente multipolaridade.

Antes que esta se consolidasse, já percebemos no horizonte o risco de uma nova bipolaridade.

Em várias regiões do mundo alteraram-se as relações de poder. Basta olhar o noticiário diário para ver que velhas disputas se somam a novos conflitos.

Essas tensões são agravadas por ações de organizações militares criadas no tempo da Guerra Fria e que agora avocam novas missões, projetando sua presença para além das áreas que visavam inicialmente proteger.

Este quadro se complica ainda mais pelo frequente recurso unilateral à força armada, à revelia dos princípios e normas da Carta da ONU.

Felizmente, na América do Sul, uma instituição criada por nossos países e composta exclusivamente por eles, a Unasul, vai dando mostras de ser capaz de equacionar dificuldades domésticas e internacionais, outrora suscetíveis de atraírem a interferência de potências estrangeiras.

Esta é a lógica que move o Conselho de Defesa Sul-americano, no qual construímos confiança entre nossos estabelecimentos militares e vamos desenvolvendo uma visão comum dos desafios de defesa.

Por isso tenho dito que na América do Sul a cooperação é a melhor dissuasão.

Nossa política externa é voltada para a paz e o desenvolvimento.

Mas mesmo um país pacífico, como o Brasil, não pode descartar a hipótese de vir a ser afetado por ações armadas de potências extrarregionais, eventualmente geradas por conflitos que nos são estranhos.

O Brasil é uma potência na área alimentar, na área ambiental e na área energética.

São essas as áreas em que a escassez de recursos face à crescente demanda mundial pode gerar crises, como reconhecem estudos feitos por entidades conceituadas de diversos países.

Temos, assim, que nos precaver contra possíveis ameaças aos nossos recursos e à nossa soberania.

Por vezes essas ameaças se expressam por manobras políticas que visam criar uma normatividade que nos seria desfavorável.

Mas não podemos excluir que, face a uma situação de crise, essas ameaças possam também assumir caráter militar.

Temos que ser capazes de proteger nossas tecnologias, alvo – como hoje sabemos – da espionagem estrangeira.

O Brasil – assim como toda a América do Sul – precisa ter capacidade dissuasória crível para frustrar aventuras contra sua soberania e seus recursos.

No fim do século XIX, quando a ordem global também começava a passar por importante transição, um dos grandes expoentes de nosso Congresso demonstrou compreender perfeitamente essa lógica.

Rui Barbosa afirmava em 1896 que – e eu cito – “a paz é a cláusula essencial do nosso progresso. Mas (...) a primeira condição da paz é a respeitabilidade, e a da respeitabilidade a força (...) A oliveira é cultura efêmera nas costas de um país indefeso”.

Essas palavras, que exprimem uma visão essencialmente defensiva do poder militar, são tão válidas hoje quanto o eram há quase 120 anos.

Não podemos delegar nossa defesa a terceiros.

E as tecnologias-chave para a defesa tampouco podem ficar sob domínio estrangeiro.

Diferentemente do tempo de Rui, o Brasil do século XXI reúne as condições para incentivar sua indústria e ser capaz de fabricar, ele próprio, os produtos indispensáveis a nossa defesa, de modo a assegurar o controle nacional sobre as tecnologias.

★★★

Nos últimos anos, o Estado brasileiro tem procurado reorganizar e apoiar a indústria nacional de material de defesa.

A orientação conceitual desse esforço foi traçada pela Estratégia Nacional de Defesa, editada, pela primeira vez, em 2008 e atualizada em 2012, com a aprovação do Congresso Nacional.

De acordo com esse documento, a estratégia de defesa brasileira é inseparável da estratégia de desenvolvimento.

As tecnologias de defesa geram conhecimentos de relevante emprego civil com grande dinamismo inovador.

Como afirmou a Presidenta Dilma por ocasião da inauguração da UFEM – Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas para os nossos submarinos –, a indústria de defesa é essencialmente uma indústria do conhecimento.

Daí porque a ênfase em recursos humanos é totalmente pertinente e tem sido levada em conta nos nossos projetos – para citar alguns mais imediatos: ampliação do ITA, a criação do CETEX e a ampliação do número de estudantes do IME.

A conjugação de defesa e desenvolvimento se tem materializado, nos últimos anos, em importante conjunto de iniciativas.

Uma delas é o Plano Brasil Maior: política industrial, tecnológica e de comércio exterior do atual Governo.

Os setores aeronáutico, espacial e o complexo de defesa são prioritários dentro desse Plano.

Merece destaque também o Programa Inova Aerodefesa, já mencionado aqui, que visa a impulsionar a produtividade e a competitividade nos setores aeroespacial e de defesa por meio da inovação tecnológica.

Parcela importante do apoio financeiro do Inova Defesa é constituída por recursos não reembolsáveis, capazes de impulsionar a inovação em áreas variadas, como radares, comunicações submarinas e tecnologia digital.

Com a Lei 12.598 – outro bom exemplo de cooperação entre o Executivo e o Legislativo –, promulgada em 2012, o Estado brasileiro criou um instrumento jurídico que dispõe sobre o poder de compra do setor público na área de defesa e cria incentivos para a ação dos agentes privados nacionais.

Em março do ano passado, foi aprovado o Decreto no 7.970, que regulamentou a lei.

Com o Termo de Licitação Especial, foram criadas as condições para que a contratação de Produtos de Defesa e Sistemas de Defesa, – particularmente dos Produtos Estratégicos de Defesa – privilegie a produção nacional.

O decreto contemplou ainda a Comissão Mista da Indústria de Defesa, que propõe o credenciamento de Empresas Estratégicas de Defesa e a classificação dos Produtos Estratégicos de Defesa.

Essa maquinaria institucional está em pleno funcionamento.

Em novembro de 2013 foi publicada, com base no trabalho da Comissão Mista de Indústrias de Defesa, a certificação das primeiras 26 primeiras Empresas Estratégicas.

E agora, já mais recentemente, mais 9 empresas e 27 produtos passaram pela Comissão e serão, em breve, objeto de publicação do Ministério.

Também em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa, tem sido priorizada a transferência de tecnologia em nossos programas de aquisição de meios de defesa.

Esse é o traço distintivo de projetos como o Prosub, da Marinha brasileira, de submarinos convencionais e do submarino de propulsão nuclear.

O mesmo ocorre com o Sisfron, projeto desenvolvido pelo Exército para o monitoramento das fronteiras terrestres.

O Projeto FX-2, aqui mencionado várias vezes, de renovação da frota de aviões de combate de alto desempenho para nossa Força Aérea, deverá assegurar, também, a obtenção de tecnologias essenciais ao setor aeronáutico, com pleno acesso aos códigos-fonte indispensáveis para que possamos, posteriormente, seguir desenvolvendo esses sistemas.

Ensejará também (aliás já está ensejando) a criação e o crescimento de várias empresas genuinamente brasileiras, associadas à produção do Gripen NG em nosso país.

Recentemente estive na Suécia, acompanhado do Comandante da Aeronáutica e de grande delegação, inclusive composta por empresários, e pude confirmar a disposição daquele país em transferir plenamente as tecnologias necessárias ao projeto.

Cumpra observar que o forte estímulo à produção nacional não se faz em detrimento de parcerias proffcuas com empresas estrangeiras aqui instaladas e comprometidas com o nosso desenvolvimento.

É o que acontece no caso da parceria do Exército com empresa privada Iveco para construir o Blindado Guarani, cujas primeiras unidades acabam de ser incorporadas ao 33º Batalhão de Infantaria Mecanizada, em Cascavel, como pude testemunhar.

Vale a pena assinalar que esse projeto, embora realizado por uma empresa de origem estrangeira, é de patente do Exército Brasileiro.

Esses programas e instrumentos jurídicos mostram que o apoio do Estado à indústria de defesa vai se tornando, aos poucos, uma realidade no Brasil.

Mas é forçoso reconhecer que ainda temos muitas carências a superar.

A questão do financiamento de longo prazo dos projetos de defesa é hoje um de nossos principais desafios.

E aqui foi corretamente mencionado, o financiamento não só dos projetos de maior vulto, mas também a questão do trabalho de manutenção que depois, inevitavelmente, esses próprios projetos acarretarão.

Naturalmente, em um país como o Brasil, que só agora vai erradicando a pobreza extrema, os gastos com defesa são objeto de escrutínio atento pela sociedade.

E é correto que seja assim.

Mas os investimentos em defesa não pretendem competir com outras áreas de ação do Governo, especialmente no campo social.

Mas não podemos perder de vista que, sem a capacidade de defender nossa soberania, não poderemos ter uma sociedade verdadeiramente livre e independente, como manda a Constituição.

Pois não há cidadão livre se o Estado a que pertence também não é livre. A liberdade, ou nesse caso, a independência, se constrói, também, pela redução das vulnerabilidades.

Temos que tratar o tema da alocação de recursos para a defesa com senso de proporção, mas também com visão de mundo.

O fato de não termos hoje inimigos declarados não nos isenta dos riscos de conflito.

Temos o dever de criar condições para que os investimentos em nossa indústria de defesa prosperem e produzam frutos.

Para tanto, o poder de compra do Estado brasileiro, como um todo – e não apenas de Defesa – é um fator essencial.

Gostaria de mencionar quatro ações que podem contribuir para incrementar esse poder de compra de forma compatível com as nossas necessidades e possibilidades.

Nos últimos dez anos, tem havido um aumento mais ou menos constante na execução orçamentária do Ministério da Defesa.

Entre 2003 e 2013, as despesas de custeio e investimento, como eu disse outro dia na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, apresentaram considerável crescimento – passaram de R\$3.74 bilhões em 2003, passamos para R\$18.34 bilhões em 2013.

Se considerarmos apenas os gastos com investimento, saltamos de 0.9 bilhão em 2003 para 8.9 bilhões em 2013 – um aumento de quase 1.000% nesse período.

Nota-se, por outro lado, que, apesar desses aumentos, a participação dos gastos de defesa no PIB tem permanecido em patamar aproximado de 1,5%.

A média mundial, de acordo com o respaldado instituto Sueco, Sipri, é de 2,6%.

Quando consideramos os países do Brics, temos uma média, excluindo o Brasil, de 2,57%.

Evidentemente, se excluirmos a África do Sul esse percentual vai ainda mais longe.

Seria razoável que, num horizonte de dez anos, pudéssemos passar a um percentual de cerca de 2% do PIB.

A par do aumento da proporção dos gastos de defesa em relação ao produto interno bruto, é fundamental que a destinação desses recursos seja estável e previsível.

O PAED, Plano de Articulação e Equipamento da Defesa, cujos trabalhos, espero, serão concluídos até meados deste ano, no âmbito do nosso Ministério, poderá fornecer a base para a adequação dos gastos estimados de defesa, de maneira realista, mas com a necessária relevância das nossas necessidades, com os Planos Plurianuais (PPAs).

Outra ação que precisamos considerar é a mobilização do poder de compra de outros órgãos e empresas do Estado, além daquelas que são estritamente ligadas à defesa.

Isso decorre do interesse essencialmente dual de muitos dos produtos e tecnologias empregadas na defesa.

Na área cibernética, por exemplo, muitas empresas estatais brasileiras devem ter o interesse em proteger seus dados e informações, o que, em tese, as aproxima das necessidades das nossas Forças Armadas.

Esse potencial não está ainda mobilizado para viabilizar a criação e permanência de empresas capazes de gerar tecnologias próprias, que assegurem nossa independência e reduzam nossas vulnerabilidades.

A cooperação internacional, desde que adequadamente gerenciada, é outra maneira – a terceira que gostaria de citar – de suprir a possível insuficiência de escala para ação estatal em certos projetos.

Já mencionei os importantes projetos que estamos levando adiante com parceiros do mundo desenvolvido, especialmente França e Suécia – haveria muitos outros que poderia citar.

Temos procurado ampliar o leque de parcerias, com as mesmas características, que implicam produção substancial no Brasil e acesso irrestrito às tecnologias.

Sob o aspecto da cooperação devemos ter em mente a diretriz número 18 da Estratégia Nacional de Defesa, que prevê a integração da América do Sul e que diz que ela “não somente contribui para a defesa do Brasil, como possibilita fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa”.

Haveria vários exemplos nesse contexto, como a colaboração com a Argentina no KC-390 e no início de um projeto de cooperação de um avião treinador básico da Unasul.

Temos também que tornar realidade o potencial de cooperação em defesa com nossos parceiros do IBAS e dos BRICS.

Com a África do Sul, estamos avançando na construção conjunta de um míssil ar-ar, o A-Darter.

Tive oportunidade de visitar, recentemente, na África do Sul, as instalações onde está sendo desenvolvido esse projeto, com intensa participação de empresas brasileiras, e pude constatar o grande avanço tecnológico que ele representará.

Fornecemos aviões da Embraer como plataforma para os radares tipo AEW da Índia.

Certamente projetos equivalentes poderão ser realizados com a Rússia e com a China, que contribuirão para diversificar ainda mais as fontes de tecnologia.

Uma dimensão aprofundada da cooperação em defesa seria um importante item na agenda futura dos BRICS.

A exportação de produtos de defesa é o quarto tipo de ação que devemos empreender de maneira mais sistemática.

Temos produtos de altíssima qualidade.

As vendas ao exterior representam importante fonte de recursos para as empresas brasileiras.

De mísseis a aviões, passando por cartuchos e munição não letal, as exportações têm contribuído para ampliar os mercados para produtos brasileiros de defesa.

Recentemente, dois artigos que li na imprensa especializada ressaltam o setor de defesa como elemento essencial para manutenção e desenvolvimento de uma das nossas mais importantes empresas.

Esperamos que, no futuro, isso se estenda a outros tipos de aeronaves, além das que já mencionei, bem como a embarcações oriundas de nossos estaleiros e a nova geração de blindados nacionais.

A promoção de nossos produtos deve resultar de coordenação estreita entre o Ministério da Defesa, o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Um adequado e ágil sistema de financiamento à exportação é essencial para que o potencial do mercado externo seja realizado.

Precisamos ter clareza, contudo, de que a exportação é complementar e não substituta da demanda do mercado nacional, que, em última análise, é dada pelo Governo.

Há que se ter presente que os incentivos dados à indústria de defesa fazem parte de objetivos mais amplos de uma política fiscal, que tem buscado desonerar os setores produtivos com o propósito de alavancar o desenvolvimento tecnológico e industrial do país.

O Brasil é um país permanentemente comprometido com a paz, mas é também um país que, como lembrou a Presidenta Dilma na última Assembleia Geral da ONU, sabe se proteger.

Não abdicamos das responsabilidades que nos tocam por nossa própria defesa.

Nossa grande estratégia, que conjuga política externa e política de defesa, requererá uma soma de vontades dentro de casa.

Governo, Congresso, opinião pública, academia, empresas e trabalhadores terão todos importantes papéis a desempenhar nesse processo.

O seminário de hoje, que reúne representantes de diversos desses setores, trará novas ideias que servirão de aporte para o desenvolvimento e aprimoramento de projetos da área de defesa.

Estou seguro que outras ideias surgirão, inclusive sobre novas fontes.

E é importante que essas novas ideias surjam do debate livre entre os vários setores sociais e o parlamento brasileiro, porque assim ganham uma legitimidade ainda maior do que se tivessem origem apenas em um ministério setorial.

A defesa, estou certo, nunca resultará da vontade de um ministério ou de um governante.

Ela é uma obra coletiva da sociedade como um todo.

Muito obrigado.